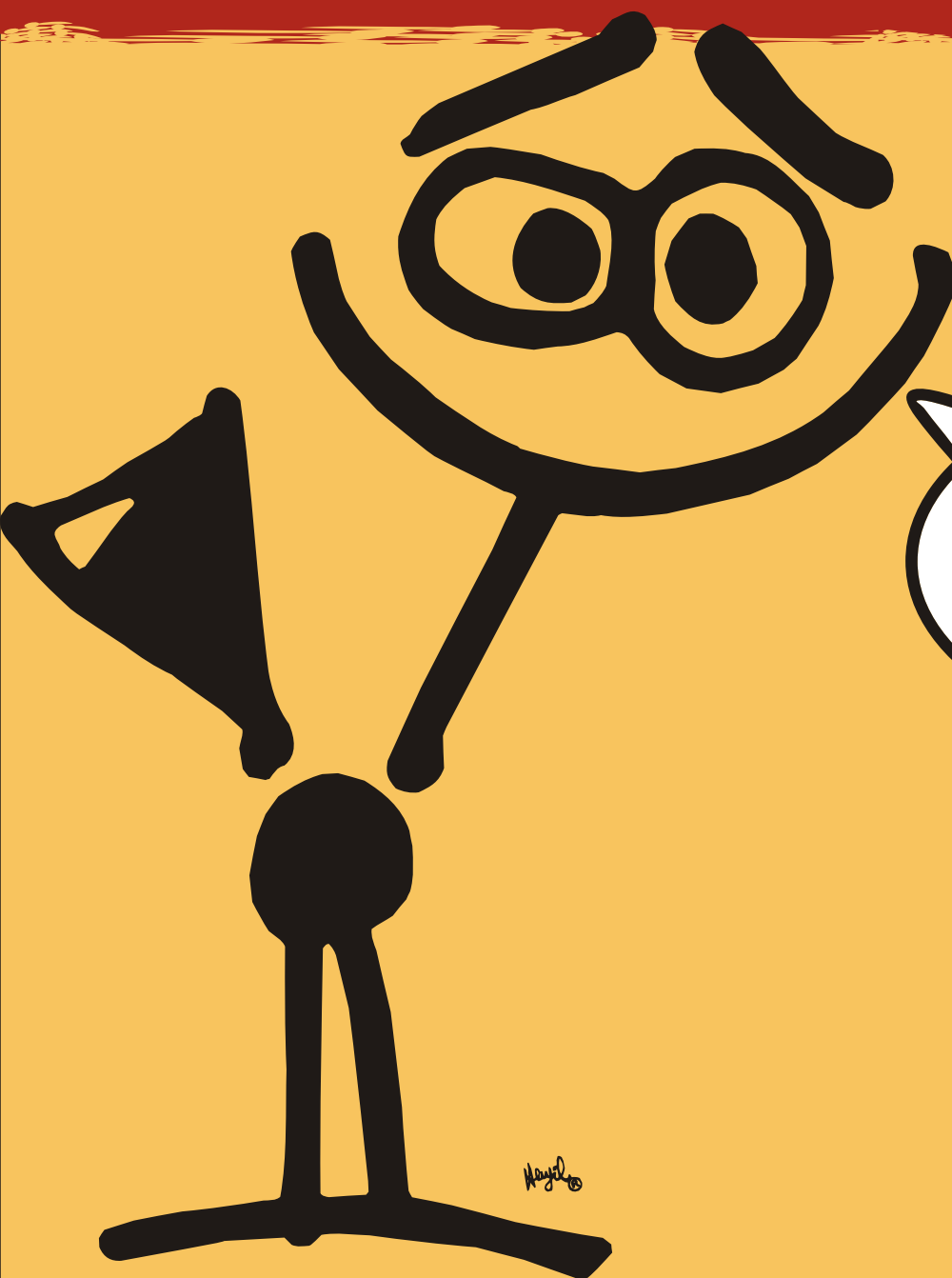


Jornal do



FEDERAL

Conselho Federal de Psicologia - Ano XXI nº 89 - maio 2008



**ANO DA
EDUCAÇÃO**

**NOS CONSELHOS
DE PSICOLOGIA**

**NASFs são implementados
pág. 4**

**CFP participa de campanha pela
democratização da comunicação
pág. 7**

**Veja a posição do CFP
sobre o Depoimento Sem Dano
pág. 10**

Início de conversa...



Este é um jornal de começo de gestão. É o primeiro jornal do ano e marca a apresentação dos desafios que decidimos enfrentar nos próximos três anos de luta pelo avanço da profissão e nossa contribuição para a sociedade brasileira. A decisão sobre os

resultados esperados até 2010 foi tomada de forma coletiva com a formação de um planejamento de gestão.

Dessa forma, buscaremos o alcance de quatro metas: valorizar o exercício da democracia em todos os espaços de atuação do CFP; fortalecer a presença da psicologia nas políticas públicas, dialogando com o Estado, a sociedade e a categoria; avançar na articulação do compromisso social com a construção de referências para a inserção e atuação profissional em diferentes áreas, além de construir estratégias de ação para a melhoria das condições de trabalho e empregabilidade que superem o corporativismo.

Para marcar o primeiro ano de luta da nova gestão do Conselho Federal de Psicologia e Conselhos Regionais, iniciamos os preparativos para realizar em 2008 o ano da Psicologia e Educação, conforme definido pela Assembléia das Políticas, Administração e Finanças (APAF) em dezembro de 2007. Este é o momento de propormos o debate sobre a participação da Psicologia na área da educação contribuindo para qualificar nossa presença articulando nossos saberes às questões ligadas a temas como inclusão social e direitos humanos nas escolas brasileiras.

A educação é o alicerce para a melhoria das condições sociais da humanidade, para a geração de emprego e renda e para o desenvolvimento científico e tecnológico do país. Este é o momento de abraçarmos essa causa e nos comprometermos com a educação não só pública e gratuita, mas de qualidade para todos.

Falando em Educação e Psicologia, 2008 é um ano que marca também a luta do Sistema Conselhos pela inclusão, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, da Psicologia como disciplina do Ensino Médio, visando a formação crítica, autônoma e ética da juventude brasileira. A Psicologia se insere hoje no

enfrentamento de grandes dilemas nacionais, como a questão da maioridade penal, dos direitos da infância e da juventude, da superação dos preconceitos, tanto no campo educação, como na dimensão do trabalho e da vida social em geral. É nesta perspectiva que as entidades representativas da Psicologia de todo o país lutam pela inclusão da Psicologia no currículo do Ensino Médio.

Embora o ano de 2008 seja marcado como o ano da educação, o Conselho Federal de Psicologia estará atuante em outros movimentos que envolvem temas como a democratização da comunicação e a promoção da saúde no país. Na área da comunicação, o CFP é um dos signatários do movimento Pró-Conferência Nacional de Comunicação, composto por mais de 30 entidades da sociedade civil de âmbito nacional, além de Comissões da Câmara dos Deputados e a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal. O movimento reivindica a realização da referida Conferência com o propósito de identificar os principais desafios relativos ao setor de comunicação no Brasil e propor as diretrizes para as políticas públicas ligadas ao tema no país.

Na área da saúde esta gestão começou com importantes conquistas como a implementação dos NASFs – Núcleos de Apoio à Saúde da Família – pelo Ministério da Saúde. Com a iniciativa, o campo de trabalho do psicólogo na política pública de saúde irá se tornar mais amplo, já que o programa aumentou o número de profissionais vinculados à atenção básica de saúde. A partir de agora, estarão inclusos diversos profissionais de saúde como assistentes sociais, psicólogos, nutricionistas e terapeutas ocupacionais nas ações conjuntas ao Saúde da Família.

Para qualificar e direcionar a atuação dos psicólogos nessas diferentes áreas de atuação, o Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas do CFP, o CREPOP, vai ampliar o conhecimento sobre a atuação em políticas públicas, por meio de pesquisas que criarão referências sobre a atuação da categoria. Com a produção das referências, o CREPOP estará contribuindo para o avanço na qualificação do trabalho do psicólogo no cuidado com a população que se beneficia das políticas públicas no Brasil. vai ampliar o conhecimento sobre a atuação em políticas públicas no Brasil.

Nossa profissão tem aceito os desafios contemporâneos de superação dos modelos sociais que sustentam as violências, as desigualdades, a coisificação dos sujeitos. Temos nos articulado com tantos outros atores/autores sociais que buscam também a construção de novas referências para a vida social. É com esse horizonte que vamos avançar no projeto do compromisso social da psicologia.”

Humberto Verona
Presidente do Conselho Federal de Psicologia

Expediente

DIRETORIA

Humberto Cota Verona
Presidente

Ana Maria Pereira Lopes
Vice-presidente

Clara Goldman Ribemboim
Secretária

André Isnard Leonardi
Tesoureiro

CONSELHEIROS EFETIVOS
Alexandra Ayach Anache

Deise Maria do Nascimento
Elisa Zaneratto Rosa
Iolete Ribeiro da Silva
Maria Christina Barbosa Veras

CONSELHEIROS SUPLENTEs
Acácia Aparecida Angeli dos Santos
Andréa dos Santos Nascimento
Anice Holanda Nunes Maia
Aparecida Rosângela Silveira
Cynthia r. Corrêa Araújo Ciarallo
Henrique José Leal Ferreira
Rodrigues
Jureuda Duarte Guerra
Marcos Ratinecas

Maria da Graça Marchina Gonçalves

PSICÓLOGOS CONVIDADOS

Aluizio Lopes de Brito
Roseli Goffman
Maria Luíza Moura Oliveira

COORDENADORA GERAL
Yvone Magalhães Duarte

EDIÇÃO

Maria da Graça Marchina Gonçalves

JORNALISTAS RESPONSÁVEIS
Caroline Coelho

Jorge de Castro

REPORTAGEM

ascom@pol.org.br

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO
Exemplus Comunicação

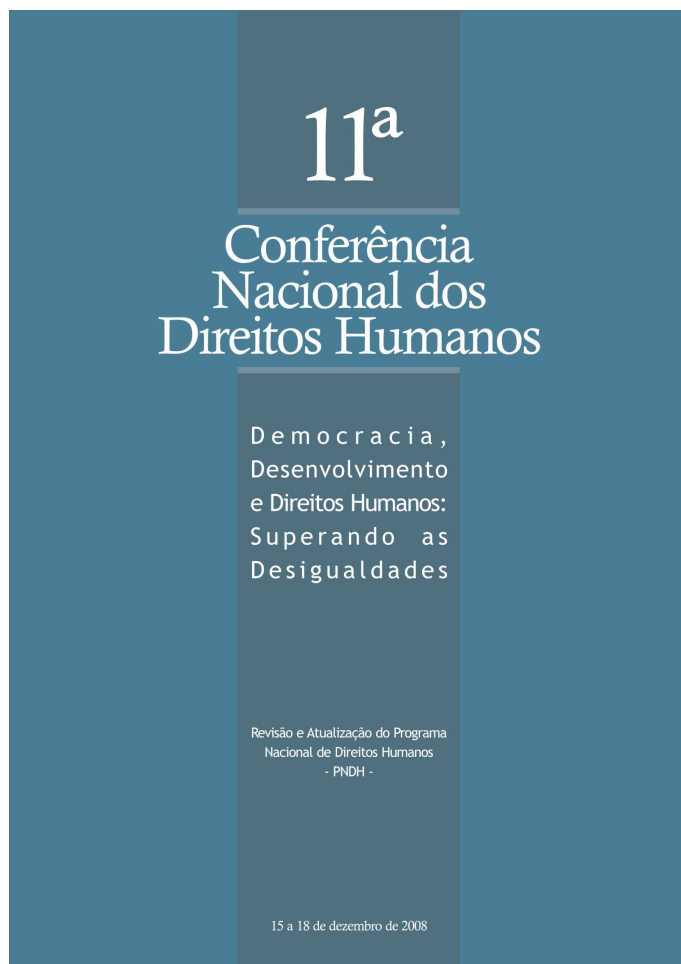
ILUSTRAÇÕES

Igor Martinez
Maurício Costa

REVISÃO

Caroline Coelho
Jorge de Castro

CFP participa da organização da 11ª Conferência Nacional dos Direitos Humanos



A 11ª Conferência Nacional dos Direitos Humanos será realizada no final de 2008, ano de comemoração dos 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, sob o tema **“Democracia, Desenvolvimento e Direitos Humanos: Superando as Desigualdades”**. Espera-se um avanço da consciência social e do compromisso do Estado na promoção dos Direitos Humanos no Brasil.

O tema central da Conferência é a revisão e a atualização do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH). A convocação tripartite dessa Conferência, feita pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados e pelo Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos, demonstra o esforço dos diversos atores envolvidos na luta pelos direitos humanos no país. O Conselho Federal de Psicologia é uma das 14 entidades indicadas pelo Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos (FENDH) para representá-lo no Grupo de Trabalho de Organização da 11ª Conferência Nacional de Direitos Humanos.

De acordo com a coordenadora da Comissão Nacional dos Direitos Humanos do CFP, Ana Luiza de Souza Castro, o Conselho Federal tem como objetivo para essa Conferência mobilizar os Conselhos Regionais para a participação direta no

evento. “Nós queremos que os CRPs participem, não só da organização da Conferência, como também dos encontros estaduais pautando questões pertinentes no que tange à psicologia e aos direitos humanos”, afirmou a coordenadora da Comissão.

A partir de agora, os estados e o Distrito Federal (DF) também deverão convocar suas conferências, observando o prazo final de 15 de agosto para a promoção dos eventos. Acesse o Texto Base da 11ª Conferência Nacional dos Direitos Humanos no site www.pol.org.br. O texto contém o Regimento Interno e o Decreto Presidencial e documentos essenciais com as diretrizes orientadoras para o processo das conferências estaduais. Participe do processo de organização da 11ª CNDH e da mobilização dos diversos atores engajados na promoção e defesa dos direitos humanos em seu estado. A constituição da Comissão Organizadora Estadual, nos moldes definidos pelo Regimento Interno, é parte importante desse processo.

Núcleos de apoio à saúde da família são implementados



alcance alguns serviços, de extrema importância, que antes não eram acessíveis”.

Uma iniciativa do Sistema Conselhos irá qualificar e direcionar o trabalho dos psicólogos na Atenção Básica de Saúde, nos quais os NASFs estão inclusos. Para isso, o CFP, por meio de seu Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas, o CREPOP, realizará uma pesquisa, em setembro de 2008, com o objetivo de mapear e analisar o trabalho dos psicólogos junto às equipes do Saúde da Família para a produção de um documento de referências de atuação do psicólogo nessa área.

De acordo com a conselheira Aparecida Rosângela Silveira, do Conselho Federal de Psicologia, o CFP reconhece o avanço na promoção da saúde com a implementação dos NASFs. “Essa é uma ação muito bem vinda para a sociedade. Nós estamos

nos organizando para preparar um seminário nacional para discutir a participação da psicologia nessa ação, o objetivo do CFP é incentivar a participação da categoria de forma qualificada e eficiente nesta estratégia”, afirmou a conselheira.

Nesta nova estratégia de assistência à saúde do Sistema Único de Saúde (SUS), os profissionais de cada núcleo devem identificar as atividades, ações e práticas a serem adotadas em cada região atendida. Fazem parte da estratégia de atuação dos núcleos promover a saúde e a qualidade de vida, como também trabalhar na prevenção de agravos à saúde. Por isso, destaca-se a necessidade da atuação integrada à rede de serviços, fortalecendo o cuidado numa perspectiva interdisciplinar.

Entre as inúmeras ações, os Núcleos de Apoio à Saúde da Família devem desenvolver atividades físicas e práticas corporais, atender usuários e familiares em situação de risco psicossocial e criar estratégias para abordar problemas vinculados à violência e ao uso abusivo de álcool e outras drogas.

O começo de 2008 foi marcado por mais um avanço na promoção da saúde. No final de janeiro, o Ministério da Saúde, por meio da Portaria nº154, autorizou a implementação dos Núcleos de Apoio à Saúde da Família, os NASFs. Com a iniciativa, o número de profissionais vinculados à atenção básica de saúde será ampliado. Dessa forma, os núcleos poderão contar com o trabalho interdisciplinar de diversos profissionais de saúde como assistentes sociais, psicólogos e nutricionistas. A Portaria cria para o psicólogo duas possibilidades de participação nas equipes do NASF: como psicólogo da Saúde Mental e Acupunturista.

O psicólogo especialista em Saúde Mental, Marcelo Arinos, explica que a Portaria contempla, pela primeira vez na história do Sistema Único de Saúde (SUS), um financiamento específico na área de Saúde Mental. “Essa iniciativa vai aumentar a qualificação das equipes do Saúde da Família (SF) de atender a população nos casos brandos e graves ligados à Saúde Mental”. Marcelo Arinos também apontou a importância da inclusão do psicólogo acupunturista nessa ação. “A sociedade terá ao

Mapeamento cerebral é um retrocesso

Pesquisadores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e da Pontifícia Universidade Católica (PUC) apresentaram, em novembro de 2007, um projeto que visa a estudar as causas da criminalidade e o comportamento de 50 “jovens homicidas”, com idade entre 15 e 21 anos, internados na Fundação de Atendimento Sócio-Educativo – Fase – (antiga Febem) de Porto Alegre. Por meio de mapeamento cerebral, estudo genético e testes psicológicos, os cientistas pretendem provar que o estresse continuado durante os primeiros anos de vida predispõe à agressividade. Para sair do papel, a pesquisa precisa ser aprovada pelos comitês de ética das duas universidades. A apreciação é exigida desde 1996 para os estudos que envolvam seres humanos no Brasil.

Em janeiro deste ano, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) solicitou aos responsáveis pelo estudo uma cópia do referido projeto para poder emitir opinião definitiva acerca do assunto. Dois ofícios foram encaminhados para as duas universidades, um no final de janeiro e outro em meados de março, mas, até maio, o pleito do CFP não havia sido atendido.

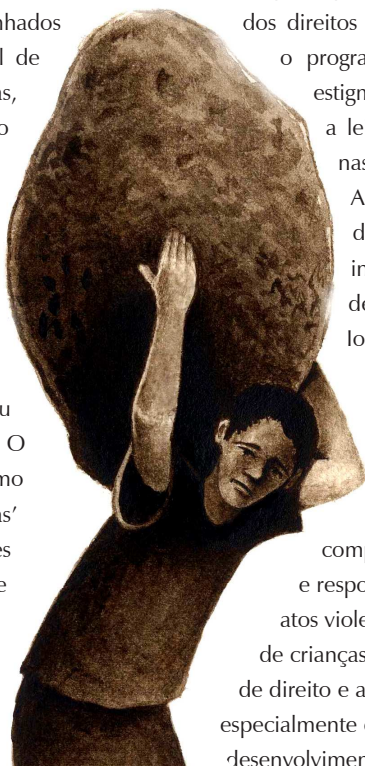
O Conselho acompanhou entretanto as repercussões da notícia dessa pesquisa pela imprensa e em outros espaços de comunicação, observando inclusive a manifestação de entidades e pesquisadores. Depois, o CFP produziu um manifesto público a respeito do tema. O Conselho acredita que “utilizar termos como ‘psicopata’, ‘sociopatas’, ‘mentes criminosas’ para se referir a todos os adolescentes autores de atos infracionais é, do ponto de vista teórico e legal, inadequado”, explicou a conselheira federal de psicologia Iolete Ribeiro da Silva. “Tais expressões apenas reforçam estereótipos – como aqueles que já marcam os adolescentes

privados de liberdade”, ressaltou. “A ciência não é neutra e as pesquisas científicas estão inseridas em um contexto político-social temporal. Em sua esmagadora maioria, esses jovens pertencem às camadas mais pobres da população”, completou.

Segundo a conselheira federal e presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), Maria Luiza Moura Oliveira, mapear o cérebro de adolescentes é um retrocesso. “Já conseguimos romper com a idéia de que o jovem é um sujeito irregular, em que toda sociedade o vê como uma pessoa errada. Deve-se contemplar os contextos sociais, nos quais os adolescentes também estão inseridos, assim como os adultos e idosos”, afirmou a presidente do Conanda.

Além dos psicólogos, advogados, representantes de ONGs e participantes de movimentos sociais de defesa dos direitos da infância e adolescência criticaram o programa. Eles entendem que a iniciativa estigmatiza os adolescentes em conflito com a lei. “Na atualidade, abusos perpetrados nas relações de poder não estão banidos. A responsabilidade social e a ética devem compor o pano de fundo das investigações científicas e da prática de cientistas e pesquisadores”, afirmou Iolete.

Pesquisas como essa podem ser apresentadas à sociedade como uma solução ao problema da criminalidade. Mas, ao simplificar a compreensão de fenômenos complexos e responsabilizar unicamente os jovens por atos violentos, ignora-se os Direitos Humanos de crianças e adolescentes enquanto sujeitos de direito e atores sociais que exigem respeito, especialmente em sua condição peculiar de seres em desenvolvimento.



ANS não contempla pleito dos psicólogos

Desde o dia 2 de abril, as empresas de saúde no Brasil estão obrigadas a atender mais de cem novos procedimentos. A lista com os novos serviços obrigatórios, divulgada em janeiro pela Agência Nacional de Saúde (ANS), poderia ser um avanço na questão da saúde suplementar, no que diz respeito à saúde mental dos segurados. Mas a única garantia de 12 sessões de psicoterapia por ano, não atende às reivindicações do Conselho Federal de Psicologia (CFP) que, no ano passado, encaminhou um rol com mais de 20 procedimentos, contemplando inúmeras modalidades, clientela, objetivos e áreas de atendimento que deveriam ser atendidos pelos planos de saúde.

Em março de 2008, representantes do CFP reuniram-se com o Ministério Público Federal e ratificaram a intenção de seguir com a representação de fazer valer os itens de procedimentos para um atendimento integral à saúde. “A ANS desconsidera a Lei 10.216/01, que trata da proteção e dos direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais”, justificou a conselheira Christina Veras.

Essa lei, sancionada em 2001, garante aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) serviços e acompanhamentos condizentes com a necessidade que um cidadão, principalmente aqueles com problemas psíquicos graves, mais precisa. O serviço que é oferecido pelo SUS, no entanto, não é suficiente. “Embora o SUS tenha se modernizado, ele não aguenta a demanda”, lamentou Christina. Para ela, a ANS deveria exigir, das empresas de planos de saúde, o mesmo que é oferecido

atualmente pelo SUS, a fim de diminuir a angústia dos pacientes que precisam de tratamento psicológico.

A luta do CFP para que as empresas de plano de saúde se adequem à lei é antiga. “Desde 2006, pedimos que fosse elaborado um novo rol de procedimentos, contemplando os problemas psíquicos, graves, ou não.” afirmou Christina. “Em determinados momentos, o paciente precisa de cuidados intensivos. Às vezes são necessários cinco atendimentos por semana. As 12 sessões a que os segurados terão direito não atendem às necessidades. Nem mesmo daqueles que precisam ir a um psicólogo para organizar a vida”, exemplificou Cristina. “Não estamos lutando por mercado, mas pelo direito à saúde, pelos direitos humanos das pessoas”, completou.



Enquanto a ANS não revê a lista de procedimentos, o Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (CRP-SP)

prepara uma

série de manifestações a partir de 18 de maio, quando se comemora o Dia Nacional da Luta Antimanicomial. O estado representa 50% dos psicólogos brasileiros e mais de 70% das seguradoras do país. Em 2004, o CRP de São Paulo mapeou a atuação dos psicólogos do Estado nos planos de saúde. De acordo com o levantamento, 70% das seguradoras não trabalham com planos que ofereça atendimento psicológico. A principal razão alegada para não disponibilizar o serviço de psicologia aos beneficiários é a não exigência desse tipo de serviço pela ANS. Segundo o estudo, os planos de saúde que disponibilizam atendimento psicológico dizem que o serviço é oferecido porque parte dos associados pedem e também porque constitui um atrativo junto aos consumidores.

CFP e movimentos sociais apoiam, no FSMercosul, a imediata realização da Conferência Nacional de Comunicação



A participação do Conselho Federal de Psicologia e dos movimentos sociais presentes no Fórum Social do Mercosul (FSMercosul) foi decisiva na convocação da Conferência Nacional de Comunicação. Durante o encontro, realizado na cidade de Curitiba (PR), entre os dias 26 e 28 de abril, foi anunciado por Doático Santos, coordenador geral do Fórum, o compromisso do governador do Paraná, Roberto Requião, com a criação de um comitê permanente pró-Conferência Nacional de Comunicação.

Com a adesão, o Paraná será a segunda Unidade da Federação a apoiar a realização de um evento estadual, com a parceria da sociedade civil, para discutir as políticas públicas em torno da comunicação. Tudo com o objetivo de que em 2009 seja realizada uma Conferência de âmbito nacional. O primeiro governo a apoiar a luta foi o da Bahia. “A sociedade civil está preparada para a convocação da conferência pelo governo federal. Isso possibilitará que as discussões em torno de uma comunicação democrática ocorra em âmbito nacional”, disse o presidente do CFP, Humberto Verona.

A conselheira do CFP, Roseli Goffman, foi uma das seis representantes da instituição a participar do encontro. Durante o evento, que contou com a presença de parlamentares e integrantes de movimentos sociais do Brasil e de outros 12 países da América Latina, o Conselho conseguiu reunir uma parcela significativa da liderança da luta pela democratização da comunicação. “Quase todos os setores importantes do país, como a Educação e a Saúde já convocaram conferências democráticas para discutir suas políticas públicas. O setor de comunicação precisa seguir o exemplo”, afirmou Roseli, que coordenou a mesa de encerramento *Chamada para a Conferência Nacional de Comunicação*. “É preciso uma participação

social ampla, de forma que todos os setores da sociedade sejam ouvidos. O governo e o Brasil precisam dessa Conferência”, reiterou a secretária de Comunicação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Rosane Bertotti.

Humberto Verona enfatizou a necessidade de realização da Conferência. “É fundamental que a gente possa articular nossos esforços, grupos e idéias como forma de reduzir o poder de influência da mídia em nossa sociedade. Só assim, acredito, a comunicação estará a serviço de um mundo mais solidário e capaz de produzir laços sociais consistentes e sustentáveis seja na América Latina ou em qualquer outra parte do planeta”, ressaltou o presidente do CFP.

Para o coordenador geral do Fórum Nacional Pela Democratização da Comunicação (FNDC), Celso Augusto Schröder, a concentração da propriedade dos meios de comunicação é um impedimento para a democracia do Brasil e da América Latina. “É urgente implementar um efetivo controle público sobre o setor. Não é estatizar, mas atribuir um estatuto de controle social e reorganizar os sistemas por meio de mecanismos de regulação. Em nosso país existem seis redes que dominam o mercado da comunicação”, comentou. “Defendemos todo e qualquer direito de liberdade de expressão, mas que este direito venha com qualidade”, completou Schröder, que também é vice-presidente da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj). Durante a discussão, o senador boliviano Abrão Cueller Araújo disse que no país dele existem 15 emissoras de TV a cabo que dominam o mercado e mais três emissoras estatais. “O clamor por uma Conferência Nacional de Comunicação já pautou as discussões do Fórum”. Além de Humberto Verona e Roseli Goffman, o CFP estava representado por Clara Goldman, Marcos Ferreira, Ricardo Moretzsohn e Ana Bock.



Palestrantes do Fórum: Ana Bock (E), Marcos Ferreira, Isabella Henriques e Ricardo Moretzsohn

A psicologia na luta por uma Educação democrática e de qualidade

Este é o ano da Educação para os Conselhos de Psicologia. Ao longo de 2008, estarão acontecendo eventos com o objetivo de debater as políticas públicas de educação do país e dar visibilidade à atuação do psicólogo no âmbito escolar e educacional. Pretende-se discutir a inserção dos psicólogos nesse contexto e sua atuação em busca de uma prática educativa de qualidade, em consonância com políticas públicas de inclusão social. As atividades desenvolvidas em todo o país pelos Conselhos de Psicologia envolverão a realização de um levantamento de práticas realizadas por psicólogos que atuam no campo educacional. O CFP entende ainda que é importante estimular a participação de psicólogos nos Conselhos Municipais e Estaduais de Educação, nas Conferências de Educação e nos movimentos sociais em defesa da qualidade na educação.

Os psicólogos terão a oportunidade de incrementar os debates sobre as contribuições da Psicologia para uma educação escolar que contribua para a inclusão social, englobando questões étnicas, de gênero, questões relacionadas às deficiências, dentre outras, e contemplando uma leitura ampla e contextualizada da queixa escolar. A defesa da presença da Psicologia como disciplina do ensino médio e a necessidade de democratização dos espaços de formulação das políticas públicas em educação estão entre as bandeiras de luta dos conselhos em 2008.

A presença do CFP na Conferência Nacional de Educação Básica e no Fórum Mundial de Educação (ver matéria ao lado) são iniciativas que mostram o compromisso do Sistema Conselhos com o ensino brasileiro. A definição de que o tema deste ano seria a educação ocorreu em dezembro do ano passado, quando a Assembleia das Políticas, da Administração e das Finanças (Apaf) do CFP aprovou o tema.

A precariedade educacional do Brasil pode ser facilmente constatada pelos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de 2005. De acordo com o estudo, uma em cada seis escolas públicas de Ensino Fundamental não tem energia elétrica e mais de 80% não têm bibliotecas ou quadras de esportes. Na região norte, a dificuldade é maior: de cada dez instituições de ensino, oito não contam com biblioteca,

quatro não têm energia elétrica e, em metade delas, há apenas uma sala de aula. “A escassez da estrutura das escolas públicas brasileiras é somente um dos muitos problemas que comprometem a qualidade da educação. A formação e a valorização das pessoas que atuam nas escolas, a garantia de investimentos significativos e o comprometimento dos gestores da educação pública são outras questões fundamentais”, afirmou a conselheira federal Iolete Ribeiro.

14 de abril - Dia Nacional de Luta pela Educação Inclusiva

Desde 2004, quando realizaram uma campanha de direitos humanos que tinha como tema “Por uma escola mundo onde caibam todos os mundos – Direitos humanos na escola”, os conselhos de psicologia têm ampliado as discussões sobre a educação inclusiva. Para isso, o dia 14 de abril foi instituído como o Dia Nacional de Luta pela Educação Inclusiva para o Sistema Conselhos. Em todo o Brasil, os Conselhos Regionais de Psicologia (CRPs) promoveram eventos para a discussão do tema. Os objetivos são fortalecer a luta pela educação inclusiva como luta em defesa de uma educação que cumpra seu caráter público, universal e de qualidade para todos e participar da articulação nacional de instituições, movimentos sociais e pessoas que lutam pela educação inclusiva.

Um dos grupos excluídos do sistema educacional são os adolescentes em conflito com a lei – que deixaram de frequentar as salas de aula antes mesmo de cometerem o ato infracional. Dados do Sistema Nacional de Atendimento Sócio-Educativo (Sinase) mostram que, em 2006, apenas 80% dos brasileiros de 12 a 17 anos frequentavam a escola, 5,4% eram analfabetos, apenas 40% estavam no nível de ensino adequado para a sua faixa etária e somente 11% dos adolescentes entre 14 e 15 anos concluíram o Ensino Fundamental.

Participe você também desta discussão. Escreva sua opinião para o endereço abaixo e contribua para uma educação de qualidade:

educacao_inclusiva@yahooogroups.com.br

Pela inclusão na educação. Esse foi o tom dado

CFP exige sociedade mais participativa e inclusiva



social de educadores, afirmando que o “professor é um agente de transformação de personalidades, que podem estar adoecidas”.

Em outra mesa de discussão, o CFP alertou para as péssimas condições de trabalho a que os professores estão submetidos, ocasionando muitas vezes problemas de saúde. De acordo com a conselheira Iolete, os sintomas desses educadores são sentidos pelos alunos. “O professor precisa ser valorizado e contar com uma rede de apoio. Muitas vezes, os professores acabam se envolvendo com problemas que são extra-escolares, como por exemplo, levar o aluno ao médico”, exemplificou Iolete.

Os psicólogos presentes nessa palestra demonstraram preocupação com o surgimento de “novas síndromes”. A psicóloga e palestrante Neide Ruffeil, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) afirmou que problemas na saúde de trabalhadores são efeitos, muitas vezes, das reestruturações produtivas. Segundo ela, o funcionário sente insegurança, quando é retirado do antigo posto de trabalho.

Conferência Nacional da Educação Básica

Entre os dias 14 e 18 de abril, ocorreu, em Brasília, a 1ª Conferência Nacional da Educação Básica. Durante o encontro, que reuniu cerca de cem palestrantes, o CFP lançou a campanha pela inclusão da Psicologia no Ensino Médio, distribuindo panfletos com as oito razões para que a disciplina se torne conteúdo obrigatório no Ensino Médio. A faixa da campanha “8 razões para aprender psicologia no Ensino Médio” chamou a atenção de professores, alunos, organizações de classe e movimentos sociais participantes da Conferência, que passavam pelo rol de entrada. “Aqui nós podemos atingir várias camadas da sociedade, desde o governo federal até a sociedade civil para que todos possam entender as razões pelas quais a Psicologia é fundamental para que o Ensino Médio se torne mais completo para o jovem brasileiro”, explicou a presidente da Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (Abrep), Roberta Azzi. As entidades da Psicologia lançaram a campanha de Inclusão da Psicologia no Ensino Médio em parceria com o Fórum Nacional de Entidades da Psicologia Brasileira (Fenpb) e com as Associações Brasileiras de Ensino de Psicologia (Abep) e de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE).

pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP), durante o Fórum Mundial de Educação (FME), realizado entre os dias 28 e 30 de março, na cidade de Nova Iguaçu, Baixada Fluminense, Rio de Janeiro. A terceira edição do Fórum trouxe o tema “Educação Cidadã para uma Cidade Educadora”. Os psicólogos que participaram das mesas de debate discutiram a presença do racismo nas escolas. Cerca de 30 mil pessoas de vários países da América Latina e Europa estiveram presentes. No final do encontro, foi publicada uma carta de intenções que propõe o compromisso de investir na qualidade da educação e, principalmente, promover a integração do espaço educacional com o ambiente das cidades, agregando a participação da sociedade no processo de formação de cidadãos. A quarta edição do Fórum será realizada em Belém, em janeiro de 2009.

A psicóloga Cristina Maria Carvalho Delou, professora da Universidade Federal Fluminense (UFF), a pedagoga Conceição Chagas, do GESTAR e doutoranda da UFRJ, e a psicóloga Iolete Ribeiro, do CFP, foram as palestrantes de mesa sobre “Psicologia e políticas públicas: trabalhando pela educação inclusiva”. Cristina Delou destacou o papel político de professores: “É necessário conhecer o projeto político-pedagógico presente nas escolas, verificar que instrumentos legais a instância educativa — municipal, estadual ou federal — garante ao aluno. Escola não deve servir apenas para socializar”, afirmou Cristina. Conceição Chagas questionou a presença do racismo nas escolas e na sociedade brasileira. Ela destacou o importante papel

CFP é contra “Depoimento Sem Dano”

O projeto Depoimento Sem Dano (DSD) foi implantado na 2ª Vara da Infância e da Juventude de Porto Alegre (2ª VIJ – Porto Alegre), em maio de 2003, com o intuito de evitar que a criança ou adolescente vítima de abuso sexual passasse por mais de uma inquirição durante o processo judicial. Introduzindo recursos como câmeras filmadoras e equipamentos de gravação em audiências, o projeto tem como principal objetivo promover a proteção psicológica da criança vítima de violência sexual, evitando seu contato com o acusado e a repetição de interrogatórios. Elogiado por profissionais do Direito, o programa ignora a vontade da criança e a função do psicólogo – usado nesse caso para criminalizar o suposto abusador ou maltratante, pessoa com quem a criança ou o adolescente mantém, na maioria das vezes, relação de afeto.

Desde que foi implantado no Rio Grande do Sul, o projeto denominado “Depoimento sem dano (DSD)” já foi apresentado em três projetos de lei diferentes na Câmara dos Deputados e no Senado Federal para ser adotado nacionalmente. Um deles, o de número 7.524/06 foi arquivado pela mesa diretora da Câmara, a pedido da própria autora, a deputada federal Maria do Rosário (PT-RS). Dois anos antes, a Casa havia criado Projeto de Lei semelhante, o de número 4.126/04, atualmente sob o número 35/2007, que encontra-se na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal. O documento está, desde dezembro do ano passado, na mesa da senadora e relatora do PL, Lúcia Vânia Abrão (PSDB-GO).

Em abril deste ano, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) publicou um manifesto a respeito do assunto. O objetivo do documento, assinado pelo presidente do órgão, Humberto Verona, e pela coordenadora da Comissão Nacional de Direitos Humanos do CFP, Ana Luiza de Souza Castro, é alertar para os equívocos que os parlamentares estarão cometendo, caso aprove o PL. O manifesto mostra claramente que o silêncio – provocado por uma situação traumática – é um recurso da criança para “calar o que ainda não tem condição

de elaborar”, momento esse que deve ser respeitado e não forçado por causa do tempo de um processo judicial, ou pela exigência de um depoimento sobre o fato traumático.

“É sempre danoso obrigar a criança a falar sobre o que ainda precisa calar, pois não pôde ser simbolizado. Não basta saber se a criança tem recursos simbólicos para falar sobre o acontecimento de abuso sexual. Junto a esta condição, é necessário saber se ela deseja falar sobre isto na Justiça. Deve ser assegurado à criança o direito de falar ou não sobre o fato. Nos casos de homicídio, a Justiça utiliza outros dispositivos para a produção de provas, sem o depoimento da vítima. Por que nos casos de suspeita de abuso sexual de uma criança por um adulto, deve haver a exigência do depoimento da criança?”, cita o documento. “A criança não pode ter o dever de depor na Justiça, não tem que servir como objeto ao sistema penal para fornecer-lhe as provas necessárias para que as engrenagens jurídicas possam funcionar adequadamente”, afirmam os signatários do manifesto.

O psicólogo “deve ser absolutamente comprometido com o respeito à dignidade, à liberdade, à igualdade de direitos e à integridade do ser humano, embasando seu trabalho nos valores consignados pela Declaração Universal dos Direitos Humanos”, coloca o documento em outro trecho.. O profissional não é chamado a desenvolver uma intervenção profissional, mas a atuar como um mediador do inquiridor (juiz), supostamente mais “humanizado”, procurando ganhar a confiança das supostas vítimas para que venham a falar, e a construir a prova contra os acusados antes mesmo do ajuizamento da ação.

Para o CFP, a Justiça deve construir outros meios de montar um processo penal e punir o culpado pelo abuso sexual de uma criança ou adolescente. Não serão a tecnologia e os psicólogos fora do seu verdadeiro papel que irão proteger a criança ou o adolescente abusado sexualmente. Afinal, a causa maior de sofrimento é o dano psíquico decorrente da violência sexual ou a violência da excessiva exposição durante os procedimentos - às vezes mal sucedidos - do sistema judiciário e de proteção.



CREPOP lança documento de referências



Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas

O Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP) lançará em breve o segundo documento de referências para a atuação dos psicólogos. Desta vez, o documento fala sobre referências de atuação no campo da Saúde do Trabalhador no âmbito da Saúde Pública.

O documento, elaborado por uma comissão de especialistas, contou, durante a produção, com a participação da categoria, que se manifestou na consulta pública realizada pelo CREPOP. O material tem como objetivo fornecer parâmetros para a atuação e estimular a reflexão e o debate contínuos sobre a prática na área da Saúde do Trabalhador. Com ele o CFP dará prosseguimento para a produção de referências na atuação em Políticas Públicas, condensando - de modo pragmático - as finalidades e o compromisso do CREPOP.

O Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas representa uma das iniciativas do Conselho Federal de Psicologia e dos Conselhos Regionais que juntos reafirmam, a cada ano, o compromisso do cuidado com a profissão.

Projeto aprovado desde 2005 e ratificado sucessivamente pelas diversas instâncias deliberativas do Sistema Conselhos, o CREPOP parte da experiência concreta do Banco Social de Serviços e neste ano de 2008, consolida uma metodologia particular e complexa de integração de informações sobre a presença da Psicologia nas Políticas Públicas. Além do levantamento permanente de

informações sobre a presença e atuação de psicólogos em diferentes campos e programas de políticas públicas e do contato com gestores públicos para discutir as possibilidades de intervenção da Psicologia, o CREPOP vai enfocar, detalhadamente em 2008, quatro núcleos de prática profissional: atuação em programas de educação inclusiva, em programas de medidas sócio-educativas em meio aberto/liberdade assistida, em programas de atenção à mulher vítima de violência de gênero e em programas de atenção básica em saúde.

O CREPOP sintetiza o esforço do Sistema Conselhos de Psicologia no sentido de conhecer e organizar as diversas experiências de psicólogos inseridos nas políticas públicas. O objetivo dos documentos de referência, criados a partir de todo o levantamento feito, não é criar uma norma rígida de padronização da prática dos psicólogos, mas sim parâmetros de atuação para a construção de uma Psicologia comprometida com uma ação transformadora e crítica.

Acompanhe o trabalho e os resultados do CREPOP por meio do site: www.crepop.pol.org.br.

Cuidando do Ensino e da Formação



Associação Brasileira de Ensino de Psicologia - ABEP

A movimentação institucional da ABEP nos últimos anos tem dedicado bastante energia à apreciação dos debates e decisões acerca da formação do profissional psicólogo dentro do contexto dos cursos de graduação. A implantação das Diretrizes Curriculares (DC) ainda não é tema resolvido e consensual. Se por um lado a complexidade exigida pelas DC traz desafios importantes para as coordenações e departamentos, e acirra as diferenças entre pontos de vista diferentes, por outro, suscita debates e reflexões.

Entre os itens mais demandados nas nossas listas de discussões e nas reuniões de núcleos, ressaltamos os temas da avaliação, dos alunos e das instituições, a questão dos estágios, básico e profissional, a viabilização dos TCCs (Trabalhos de Conclusão de Curso) nos cursos que ainda não os exigem, a adequação dos textos, e fundamentalmente, a percepção da necessidade de que os programas estejam voltados para o compromisso da transformação social.

Os cursos universitários em nosso país foram tradicionalmente construídos em torno de uma preocupação humanista. Oriundos da filosofia, alguns cursos, como os de Psicologia, Letras e Pedagogia, foram no início fortemente carregados de conteúdos então

chamados de humanistas. A mesma tendência expressou-se nos currículos do ensino médio. Até os anos sessenta havia, nos cursos tradicionais, uma divisão entre os mais voltados para as ciências exatas como Matemática, Física e a Química e os demais, que concentravam o ensino de idiomas, além de disciplinas ligadas à Sociologia, Psicologia e Filosofia.

A partir do final dos anos sessenta, se deu um certo modelo de desenvolvimento nacional que privilegiava os aspectos tecnológico e industrial, e o ensino, tanto nos níveis médio quanto superior, começou a ser fortemente carregado de teor tecnicista. Havia no país uma demanda por formação de profissionais nas áreas de aplicação tecnológica visando a ampliação do parque industrial. Dentro desse contexto, o desafio dos programas dos cursos superiores foi compatibilizar a preocupação com a formação tecnológica e garantir a continuidade de programas nas áreas das ciências humanas ou sociais - até as ciências não exatamente exatas dentro de uma concepção mais tradicional.

Tendo como pano de fundo a situação nacional, os anos setenta também apresentaram uma explosão de vagas nos cursos privados. No Rio de Janeiro, apenas uma universidade privada de grande porte oferecia (e preenchia) mais vagas para o curso de Psicologia, do que todos os outros cursos juntos, incluindo os três cursos públicos e não pagos.

Embora o país demandasse por diferentes frentes de trabalho, a psicologia como profissão continuou presa a uma possibilidade de ação, a das psicoterapias. Não conseguimos ir além e demoramos para conseguirmos fazer a nossa própria crítica. Pois bem, tais dados históricos importam para compreendermos a raiz da

dificuldade que muitos programas de graduação ainda apresentam, no que concerne à implantação das diretrizes curriculares nacionais para a Psicologia.

Os desafios inerentes a essa tarefa apontam alguns caminhos necessários e nem sempre fáceis. Inicialmente seria fundamental romper com as barreiras que ainda insistem em dividir a psicologia (tanto como ciência quanto profissão). Dividir em áreas estanques, clássicas e igualmente anacrônicas, de aplicação e saber, clínica, escolar e de trabalho. Aos leitores que se surpreenderem com essa chamada, por considerá-la totalmente superada, lamentamos informar que ainda existem. A adesão quase clerical às teorias psicológicas consideradas adversárias entre si, também contribui para dificultar a implantação das DC.

Dentro dos cursos, por vezes, prevalecem interesses de posições de trabalho no lugar da reflexão sobre outras possibilidades de composição da grade ou matriz curricular. A organização dos serviços-escola apresenta problemática semelhante. As DC se referem às ênfases que deveriam direcionar a composição e a oferta dos estágios superando a divisão por áreas. Os mesmos entraves já citados, como a adesão irrestrita às teorias e a cristalização de áreas de aplicação, se materializam e constróem verdadeiras muralhas que impedem as mudanças e conseqüentemente as DC. Temos notícias de cursos que apenas oferecem estágio curricular no que consideram ser psicologia clínica e a apresentam como sendo exclusivamente atendimento psicoterápico em consultório.

Quanto às oficinas de Psicologia e Saúde realizadas em todo o país, em 2006/07, pudemos observar o quanto distante muitos cursos estão daqueles princípios básicos

do SUS, principalmente do conceito de integralidade. Apresentar a psicologia clínica como apenas aquela realizável entre quatro paredes é um desses exemplos. Felizmente, também encontramos experiências exitosas e fortes em vários locais, dentro e fora do serviço público. A profissão e a formação são duas faces da mesma moeda. Não é pouca a cobrança e a exortação para que os cursos consigam dar conta das demandas sociais sem contudo aterem-se exclusivamente a elas. Ao contrário, exercendo a constante crítica da práxis.

Continuar na preparação de seminários e encontros regionais e nacionais, discutindo e trocando idéias sobre a formação, tem sido nossa meta. Não apenas levantando temas diretamente focados, como o da avaliação, mas principalmente, temas transversais e que exatamente por serem transversais, suscitariam a reflexão sobre as cristalizações teóricas e as conseqüentes falácias sobre a divisão entre teoria e prática.

Durante o ano de 2008 estamos preparando o tema dos Direitos Humanos. E esperamos uma boa discussão sobre como devemos inserir o tema nos currículos. Desde já, a nossa aposta é que as conversas escapem das oficinas e ganhem as salas de professores e os pátios por onde os estudantes se encontram. O método de trabalho da ABEP é a interlocução e o embate respeitoso das idéias. Se nossa aposta for forte, em breve poderemos observar uma ascendente geração de psicólogos ainda mais comprometidos com a transformação social, contribuindo assim, para um projeto de nação com menos violência e desigualdade social.

Roberta Azzi

Presidente da Associação Brasileira de Ensino de Psicologia

Classificação indicativa entra em vigor

Com um território de proporções continentais, o Brasil tem quatro fusos horários distintos. Há anos, as empresas de TV padronizaram a grade de programação, de acordo com a hora oficial de Brasília. Com isso, os cerca de 26 milhões de crianças e adolescentes que atualmente vivem fora do fuso horário da capital federal ficaram expostas a conteúdos audiovisuais potencialmente nocivos. Essa situação só foi modificada no dia 7 de abril, quando as emissoras de TV começaram a cumprir integralmente a portaria 1220/07, que regulamenta a Classificação Indicativa e estabelece que as faixas horárias de classificação devem respeitar os diferentes fusos horários vigentes no país.

Contrariadas e certas de que não conseguiriam rever a portaria, as empresas de TV pressionaram o Congresso a aprovar o Projeto de Lei que altera o fuso horário de 46 municípios do Acre e do Amazonas para uma hora de diferença em relação a Brasília (e não duas, como é desde 1913). A aprovação pelo Senado aconteceu quatro dias depois da portaria entrar em vigor. A lei foi sancionada pelo presidente da República. “Esse é um tema muito relevante para ser decidido da forma como o Congresso o fez. Quais serão os impactos na saúde e no organismo das pessoas que vivem nessas regiões? E os hábitos culturais?”, indagou a conselheira Roseli Goffman.

A luta pelo cumprimento integral da portaria envolveu uma longa batalha judicial. Em fevereiro de 2007, quando o documento foi promulgado, a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert) entrou com uma ação no Supremo Tribunal de Justiça (STJ), que suspendeu a ordem federal. Em julho, o Ministério da Justiça (MJ) publicou uma versão definitiva das regras da Classificação Indicativa, contemplando a vinculação entre a classificação etária e a hora de exibição, respeitados os fusos horários. Ou seja, um programa classificado para maiores de 12 anos só pode ir ao ar após as 20h; para maiores de 14, só depois das 21h; para maiores de 16, às 22h e na faixa de 18 anos, somente depois das 23h, sempre de acordo com o horário local. No início de abril, maio/2008

o Sistema Conselhos de Psicologia e diversas entidades nacionais da área assinaram um manifesto para que a decisão não fosse prorrogada mais uma vez.

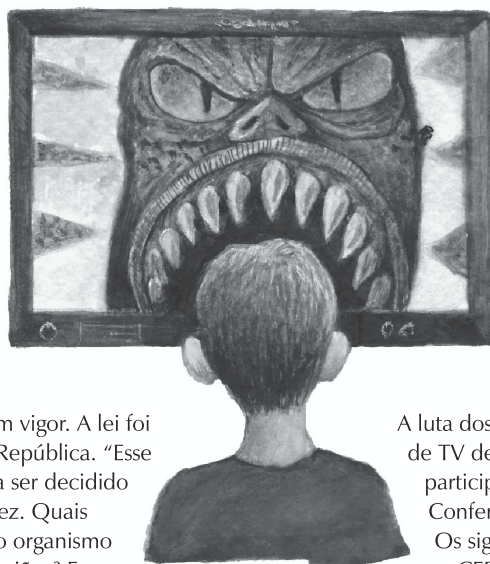
O psicólogo Ricardo Moretzsohn, representante do Conselho Federal de Psicologia (CFP) na campanha “Quem financia a baixaria é contra a cidadania”, criada há cinco anos pela Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, ficou surpreso, quando descobriu que as emissoras estavam cumprindo a determinação federal. “As emissoras de TV não podem padronizar a programação, por aspectos puramente comerciais e financeiros. Essa portaria nos estimula a manter a posição aguerrida pela democratização da comunicação no Brasil”, afirmou Moretzsohn. “Mas o fato de o Senado ter aprovado a mudança no fuso horário da região Norte quatro dias depois da Classificação Indicativa entrar em vigor é, no mínimo, estranho”, ponderou.

TV DE QUALIDADE

A luta dos psicólogos por uma programação de TV de qualidade continua com a participação do CFP no Movimento Pró-Conferência Nacional de Comunicação. Os signatários do movimento – incluindo o CFP – acreditam que a comunicação

precisa estabelecer mecanismos democráticos de formulação, monitoramento e acompanhamento das políticas públicas para o setor.

A expectativa do CFP e de todos os agentes sociais envolvidos no Movimento Pró-Conferência é que haja uma discussão democrática em torno do tema. “Atualmente a comunicação no Brasil é tratada como política pública de interesse comercial. Ela tem de ser pública, mas voltada para os interesses da sociedade”, explicou o psicólogo Marcos Ferreira. “O padrão de atuação da TV comercial no Brasil agride a própria noção de informação porque renega o conceito de fato jornalístico. Uma Conferência de Comunicação é importante porque permite pautar esse tema para que a sociedade discuta o assunto”, completou.



Conferência Nacional de GLBT

A Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (GLBT) acontecerá em Brasília no período de 6 a 8 de junho, no Centro de Eventos Brasil 21. A primeira Conferência com essa abordagem no mundo terá como tema Direitos Humanos e Políticas Públicas: O caminho para garantir a cidadania de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (GLBT).

O objetivo do encontro é propor políticas públicas e a elaboração do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de GLBT, ao mesmo tempo em que pretende avaliar e propor estratégias para fortalecer o Brasil sem Homofobia - Programa de combate à violência e à discriminação contra GLBT e de promoção da cidadania homossexual.

Informações: www.conferencianacionalglbt.com.br

XI Conferência Nacional de Direitos Humanos

A 11ª Conferência Nacional de Direitos Humanos acontecerá em duas etapas. A primeira ocorrerá nos Estados e Distrito Federal, de 1º de maio a 15 de agosto de 2008. Entre os dias 15 e 18 de dezembro será realizado, em Brasília, a etapa Nacional. O objetivo da 11ª edição da Conferência é revisar e atualizar o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH). A partir da orientação e premissas dos dois PNDHs anteriores (1996 e 2002), um novo PNDH será desenvolvido. Trata-se de um processo necessário, a fim de que sejam reavaliadas e legitimadas as prioridades do setor, além de reconhecer os novos e tradicionais atores da área.

Informações: www.presidencia.gov.br/sedh

Mesa redonda sobre Psicologia Organizacional e do Trabalho

Com o objetivo de fortalecer o debate sobre ensino, formação e profissão, a Associação Brasileira de Ensino da Psicologia (ABEP) e o Conselho Federal de Psicologia (CFP) promoveram a mesa redonda on line Diálogos com a Psicologia Organizacional e do Trabalho, no dia 15 de maio de 2008, às 19h, em comemoração ao Dia do Trabalhador. O debate foi transmitido via internet, pelo site www.pol.org.br, com link específico para a atividade. Participaram da mesa Andréia Garbin, psicóloga especialista em saúde pública e saúde do trabalhador; Sigmar Malvezzi, doutor em Psicologia Organizacional e professor do Departamento de Psicologia Social e do Trabalho da USP; e Juliana Barreiros Porto, doutora em Psicologia e professora da Universidade Católica de Brasília e diretora da SBPOT. A mesa foi coordenada pelo Presidente do CFP, Humberto Verona.

Informações: www.pol.org.br

Processos éticos julgados pela Plenária do Conselho Federal de Psicologia no período de 6 de julho de 2007 a 30 de novembro de 2007

Processo Ético-profissional

CFP Nº 3253/06 – Origem: CRP-06

Advertência

Ementa – Processo Ético-Profissional. Recurso contra decisão de aplicação da penalidade de Advertência por infração ao art. 21 do Código de Ética.

Decisão CRP: Advertência

Decisão CFP: Mantida

Data do julgamento: 06/07/07

Presidente da sessão: Ana Mercês Bahia Bock

Relatora: Iolete Ribeiro da Silva

Processo Ético-profissional

CFP Nº 3411/06 – Origem: CRP-11

Censura pública

Ementa – Processo Ético Profissional. Recurso contra decisão de aplicação da penalidade de Suspensão do Exercício Profissional por 30 dias, por infração aos princípios básicos e o enquadramento no art. 2º, letra ‘h’ do Código de Ética.

Decisão CRP: Suspensão do Exercício Profissional por 30 dias

Decisão CFP: Censura Pública

Data do julgamento: 06/07/07

Presidente da sessão: Ana Mercês Bahia Bock

Relator: Monalisa dos Santos Barros

Processo Ético-profissional

CFP Nº 3412/06 – Origem: CRP-11

Censura pública

Ementa – Processo Ético Profissional. Recurso contra decisão de aplicação da penalidade de Suspensão do Exercício Profissional por 30 dias, por infração aos princípios básicos e o enquadramento no art. 2º, letra ‘h’ do Código de Ética.

Decisão CRP: Suspensão do Exercício Profissional por 30 dias

Decisão CFP: Censura Pública

Data do julgamento: 06/07/07

Presidente da sessão: Ana Mercês Bahia Bock

Relator: Rodolfo Valentim Carvalho Nascimento

Processo Ético-profissional

CFP Nº 3583/06 – Origem: CRP -12

Advertência

Ementa – Processo Ético Profissional. Recurso contra decisão de aplicação da penalidade de Censura Pública pelo uso de práticas não reconhecidas pela Psicologia enquanto ciência e profissão.

Decisão CRP: Censura Pública

Decisão CFP: Advertência

Data do julgamento: 06/07/07

Presidente da sessão: Ana Mercês Bahia Bock

Relator: Odair Furtado

Processo Ético-profissional

CFP Nº 3561/06 – Origem: CRP-08

Censura pública

Ementa – Processo Ético Profissional. Recurso apresentado pela denunciada contra decisão do Conselho Regional que aplicou a pena de CASSAÇÃO DO EXERCÍCIO

PROFISSIONAL. Reforma da decisão do CRP para Censura Pública. Infração aos artigos 1º, letra ‘c’, e art. 2º, letra ‘j’ do Código de Ética.

Decisão CRP: Cassação do Exercício Profissional

Decisão CFP: Censura Pública

Data do julgamento: 03/08/07

Presidente da sessão: Ana Mercês Bahia Bock

Relator: Acácia Aparecida Angeli dos Santos

Processo Ético-profissional

CFP Nº 3563/06 – Origem: CRP-08

Advertência

Ementa – Processo Ético Profissional. Recurso apresentado pela denunciada contra decisão do Conselho Regional que aplicou a pena de CENSURA PÚBLICA. Reforma da decisão do CRP para Advertência. Infração ao art. 20, letras “a” e “d” do Código de Ética Profissional do Psicólogo.

Decisão CRP: Censura Pública

Decisão CFP: Advertência

Data do julgamento: 03/08/07

Presidente da sessão: Ana Mercês Bahia Bock

Relator: Giovanni Cantarelli

Processo Ético-profissional

CFP Nº 3600/06 – Origem: CRP-08

Advertência

Ementa – Processo Ético Profissional. Recurso apresentado pela denunciada contra decisão do Conselho Regional que aplicou a penalidade de CENSURA PÚBLICA.

Reforma da decisão do CRP para Advertência. Infração ao art. 2º, letras “g” e “n” do Código de Ética Profissional do Psicólogo.

Decisão CRP: Censura Pública

Decisão CFP: Advertência

Data do julgamento: 03/08/07

Presidente da sessão: Ana Mercês Bahia Bock

Relator: Giovanni Cantarelli

Processo Ético-Profissional

CFP Nº 3608/06 – Origem: CRP-06

Suspensão do exercício profissional por 30 (trinta) dias

Ementa – Processo Ético-Profissional. Infringência ao artigo 1º, 37, 38, incisos “d”, “e”, “i” do Código de Ética Profissional.

Decisão CRP: Suspensão do Exercício Profissional por 30 (Trinta) dias

Decisão CFP: Mantida

Data do julgamento: 03/08/07

Presidente da sessão: Marcus Vinícius de Oliveira Silva

Relator: Adriana Alencar Gomes Pinheiro

Processo Ético-profissional

CFP Nº 3562/06 – Origem: CRP-08

Suspensão do exercício profissional por 30 (trinta) dias

Ementa – Processo Ético Profissional. Incidência do Art. 2º letra “j” do Código de Ética dos Psicólogos

Decisão CRP: Cassação do Exercício Profissional

Decisão CFP: Suspensão do Exercício Profissional por 30 dias

Data do julgamento: 03/08/2007

Presidente da sessão: Ana Mercês Bahia Bock

Relator: André Leonardi

Revisor: Acácia Aparecida Angeli dos Santos

Processo Ético-profissional

CFP Nº 3584/06 – Origem: CRP-12

Arquivamento

Ementa – Recurso contra decisão do Conselho Regional que determinou o ARQUIVAMENTO do Processo Ético. Decisão Mantida.

Recurso conhecido e improvido.

Decisão CRP: Arquivamento.

Decisão CFP: Arquivamento.

Data do julgamento: 21/09/07

Presidente da sessão: Ana Mercês Bahia Bock

Relator: André Leonardi

Processo Ético-Profissional

CFP Nº 3585/06 – Origem: CRP-12

Arquivamento

Ementa – Recurso contra decisão do Conselho Regional que determinou o ARQUIVAMENTO do Processo Ético. Decisão Mantida.

Recurso conhecido e improvido.

Decisão CRP: Arquivamento.

Decisão CFP: Arquivamento.

Data do julgamento: 21/09/07

Presidente: Ana Mercês Bahia Bock

Relator: André Leonardi

Processo Ético-Profissional

CFP Nº 4118/06 – Origem: CRP-12

Arquivamento

Ementa – Recurso contra decisão do Conselho Regional que determinou o ARQUIVAMENTO do Processo Ético. Decisão Mantida.

Recurso conhecido e improvido.

Decisão CRP: Arquivamento.

Decisão CFP: Arquivamento.

Data do julgamento: 21/09/07

Presidente: Ana Mercês Bahia Bock

Relator: André Leonardi

Processo Ético-Profissional

CFP Nº 4119/06 – Origem: CRP-12

Arquivamento

Ementa – Recurso contra decisão do Conselho Regional que determinou o ARQUIVAMENTO do Processo Ético. Decisão Mantida.

Recurso conhecido e improvido.

Decisão CRP: Arquivamento.

Decisão CFP: Arquivamento.

Data do julgamento: 21/09/07

Presidente: Ana Mercês Bahia Bock

Relator: André Leonardi

Processo Ético-Profissional

CFP Nº 666/07 – Origem: CRP-12

Censura Pública

Ementa – Processo Ético Profissional. Recurso contra decisão do Conselho Regional. Recurso conhecido e improvido.

Decisão CRP: Censura Pública

Decisão CFP: Censura Pública

Data do julgamento: 21/09/07

Presidente da sessão: Ana Mercês Bahia Bock

Relatora: Monalisa Nascimento dos Santos Barros

Processo Ético-Profissional

CFP Nº 4867/06 – Origem: CRP-14

Arquivamento

Ementa – Recurso contra decisão do Conselho Regional que determinou o ARQUIVAMENTO do Processo Ético. Decisão Mantida.

Recurso conhecido e improvido.

Decisão CRP: Arquivamento.

Decisão CFP: Arquivamento.

Data do julgamento: 21/09/07

Presidente: Ana Mercês Bahia Bock

Relatora: Monalisa Nascimento dos Santos Barros

Processo Ético-Profissional

CFP Nº 1775/07 – Origem: CRP-04

Arquivamento

Ementa – Recurso contra decisão do Conselho Regional que determinou o ARQUIVAMENTO do Processo Ético. Decisão Mantida.

Recurso conhecido e improvido.

Decisão CRP: Arquivamento.

DECISÃO CFP: Arquivamento.

Data do julgamento: 21/09/07

Presidente: Ana Mercês Bahia Bock

Relatora: Ana Maria Pereira Lopes

Processo Ético-Profissional

CFP Nº 117/07 – Origem: CRP-05

Advertência

Ementa – Recurso contra decisão do Conselho Regional que determinou a aplicação da pena de Advertência por violação ao artigo 23 do Código de Ética Profissional do Psicólogo.

Decisão Mantida.

Decisão CRP: Advertência

Decisão CFP: Advertência

Data do julgamento: 21/09/07

Presidente: Ana Mercês Bahia Bock

Relator: Alexandra Ayach Anache

Processo Ético-Profissional

CFP Nº 1255/07 – Origem: CRP-12

Arquivamento

Ementa – Recurso contra decisão do Conselho Regional que determinou o ARQUIVAMENTO do Processo Ético. Decisão Mantida.

Recurso conhecido e improvido.

Decisão CRP: Arquivamento.

Decisão CFP: Arquivamento.

Data do julgamento: 21/09/07

Presidente: Ana Mercês Bahia Bock

Relatora: Rejane Maria de Oliveira Cavalcanti

Processo Ético-Profissional

CFP Nº 4892/06 – Origem: CRP-08

Advertência

Ementa – Processo Ético Profissional. Recurso contra decisão do Conselho Regional que aplicou a pena de Arquivamento. Reforma da decisão de Arquivamento.

Decisão CRP: Arquivamento

Decisão CFP: Advertência

Data do julgamento: 19/10/07
Presidente da sessão: Ana Mercês Bahia Bock
Relatora: Andréa dos Santos Nascimento

Processo Ético-Profissional

CFP Nº 2854/07 – Origem: CRP-03
Advertência
Ementa – Processo Ético Profissional. Recurso contra decisão do Conselho Regional que aplicou a pena de Advertência. Decisão mantida.
Decisão CRP: Advertência
Decisão CFP: Advertência
Data do julgamento: 19/10/07
Presidente da sessão: Ana Mercês Bahia Bock
Relator: Maria Christina Barbosa Veras

Processo Ético-Profissional

CFP Nº 960/07 – Origem: CRP-06
Advertência
Ementa – Processo Ético Profissional. Recurso apresentado pelo denunciado contra decisão do Conselho Regional que aplicou a pena de Advertência. Decisão mantida.
Decisão CRP: Advertência
Decisão CFP: Advertência
Data do julgamento: 19/10/07
Presidente da sessão: Marcus Vinícios de Oliveira Silva
Relator: Odair Furtado

Processo Ético-Profissional

CFP Nº 766/07 – Origem: CRP-08
Suspensão do exercício profissional por 30 (trinta) dias
Ementa – Processo Ético-Profissional. Recurso de ofício. Decisão mantida.
Decisão CRP: Suspensão do Exercício Profissional por 30 (trinta) dias.
Decisão CFP: Suspensão do Exercício Profissional por 30 (trinta) dias.
Data do julgamento: 19/10/07
Presidente da sessão: Ana Mercês Bahia Bock
Relatora: Iolete Ribeiro da Silva

Processo Ético-Profissional

CFP Nº 671/07 – Origem: CRP-06
Arquivamento
Ementa – Processo Ético-Profissional. Recurso contra decisão de Arquivamento. Recurso conhecido e improvido. Manutenção da decisão.
Decisão CRP: Arquivamento
Decisão CFP: Mantida
Data do julgamento: 19/10/07
Presidente da sessão: Ana Mercês Bahia Bock
Relatora: Monalisa Nascimento dos Santos Barros

Processo Ético-Profissional

CFP Nº 294/07 – Origem: CRP-06
Advertência
Ementa – Processo Ético Profissional. Recurso apresentado pelo denunciado contra decisão do Conselho Regional que aplicou a pena de Censura Pública. Decisão reformada.
Decisão CRP: Censura Pública
Decisão CFP: Advertência
Data do julgamento: 19/10/07

Presidente da sessão: Marcus Vinícios de Oliveira Silva
Relatora Nanci Soares de Carvalho

Processo Ético-Profissional

CFP Nº 4144/07 – Origem: CRP-07
Arquivamento
Ementa – Recurso contra decisão do Conselho Regional. Recurso conhecido e provido. Reforma da decisão.
Decisão CRP: Multa de 10 (dez) anuidades e Advertência.
Decisão CFP: Arquivamento.
Data do julgamento: 30/11/07
Presidente da sessão: Ana Mercês Bahia Bock
Relator: André Isnard Leonardi

Processo Ético-Profissional

CFP Nº 4833/06 – Origem: CRP-08
Censura Pública
Ementa – Processo Ético Profissional. Recurso contra decisão do Conselho Regional. Recurso conhecido e parcialmente provido.
Decisão CRP: Cassação do Registro Profissional
Decisão CFP: Censura Pública
Data do julgamento: 30/11/07
Presidente da sessão: Ana Mercês Bahia Bock
Relatora: Andréa dos Santos Nascimento

Processo Ético-Profissional

CFP Nº 4118/07 – Origem: CRP-12
Arquivamento
Ementa – Processo Ético-Profissional. Recurso conhecido e provido. Reforma da decisão.
Decisão CRP: Suspensão do Exercício Profissional por 30 (trinta) dias.
Decisão CFP: Arquivamento
Data do julgamento: 30/11/07
Presidente da sessão: Ana Mercês Bahia Bock
Relatora: Acácia Aparecida Angeli dos Santos

Processo Ético-Profissional

CFP Nº 4318/07 – Origem: CRP-06
Advertência
Ementa – Processo Ético-Profissional. Recurso improvido. Manutenção da Pena de Advertência.
Decisão CRP: Advertência
Decisão CFP: Mantida
Data do julgamento: 30/11/07
Presidente da sessão: Ana Mercês Bahia Bock
Relator: Giovanni Cantarelli

Processo Ético-Profissional

CFP Nº 906/07 – Origem: CRP-08
Censura Pública
Ementa – Processo Ético Profissional. Recurso conhecido e improvido. Decisão do CRP mantida.
Decisão CRP: CENSURA PÚBLICA
Decisão CFP: CENSURA PÚBLICA
Data do julgamento: 30/11/07
Presidente da sessão: Ana Mercês Bahia Bock
Relatora: Nanci Soares de Carvalho

Conforme artigo 79 da Resolução CFP nº 006/07, a execução da pena compete ao Conselho Regional de Psicologia.

Agenda

Drogas, Uma Abordagem Interdisciplinar - IX São Paulo

Research Conference

Data: 29 a 31 de maio de 2008

Endereço: Faculdade de Direito da USP – Largo São Francisco

Cidade: São Paulo, SP

Telefone: (11) 3361-3056

E-mail: eventus@eventus.com.br

Informações: www.eventus.com.br/bioconferences

Jubra III – Simpósio Internacional sobre a Juventude Brasileira

Data: 4 a 6 de junho de 2008

Endereço: 1ª Avenida, nº 656, Setor Leste Universitário

Cidade: Goiânia, GO

Telefone: (62) 3946-1104 / (62) 3946-1112

E-mail: jubra3@ucg.br

Informações: www.idf.ucg.br/jubra3

II Congresso Brasileiro de Psicoterapia da ABRAP

Data: 31 de julho a 3 de agosto de 2008

Endereço: Campus Centro da Universidade Anhembi Morumbi

Cidade: São Paulo, SP

Seminário Teórico: “Introdução à Clínica das Psicoses”

Data: 28 de abril a 23 de junho de 2008

Endereço: Centro de Estudos Psicanalíticos (CEP), R.

Almirante Pereira Guimarães, Nº 378, Pacaembu

Cidade: São Paulo, SP

Telefone: (11) 3864-2330 / (11) 3865-0017

E-mail: cep@centropsicanalise.com.br

Informações: www.centropsicanalise.com.br

Debate “Intervenções Psicanalíticas nas Instituições”

Data: 16 de Maio de 2008

Endereço: Centro de Estudos Psicanalíticos (CEP), R.

Almirante Pereira Guimarães, Nº 378, Pacaembu

Cidade: São Paulo, SP

Telefone: (11) 3864-2330 / (11) 3865-0017

E-mail: cep@centropsicanalise.com.br

Informações: www.centropsicanalise.com.br

XIII Encontro Paranaense, VIII Congresso Brasileiro, I Convenção Brasil/Latino-América de Psicoterapias Corporais

Data: 22 a 24 de maio de 2008

Cidade: Foz do Iguaçu/PR

Promoção: Centro Reichiano

Presidência: Psic. José Henrique Volpi e Sandra Mara Volpi

Informações: www.centroreichiano.com.br

XVI Congresso de Psicodrama: “Como sobreviveremos – Ação transformadora e co-responsabilidade”

Data: 25 a 28 de junho de 2008

Endereço: Mar Hotel

Cidade: Recife, PE

Informações: www.febap.org.br/xvicbp

I Jornada do Centro Psicológico de Controle do Stress

Data: 31 de maio de 2008, das 8h às 20h

Endereço: Hotel Metropolitan

Cidade: Campo Grande, MS

Telefone: (67) 3383-0199

Informações: www.crp14.org.br

III Congresso Brasileiro de Psicologia Organizacional

Data: 16 a 19 de julho de 2008

Cidade: Florianópolis - SC

E-mail: inscricao@cbpot2008.com.br

Link: <http://www.cbpot2008.com.br>

XXIX International Congress of Psychology

Data: 20 a 25 de julho de 2008

Endereço: ICC Berlin

Cidade: Berlin - Germany

Telefone: 49-30-300 66 90

E-mail: info@icp2008.org

Link: <http://www.icp2008.org>

V Conferencia Internacional de Psicología de Salud “Psicosalud”

Data: 13 a 16 de outubro de 2008

Endereço: Palacio de Convecciones Palco Habana

Cidade: Habana - Cuba

Telefone: (537) 203-8958/202-6011 -19 ext 1511

E-mail: felices@infomed.sld.cu

Link: <http://www.loseventos.cu/saludmental2008>

18 DE MAIO DIA NACIONAL DA LUTA ANTIMANICOMIAL

20 anos de luta pela liberdade, promovendo cuidado, garantindo participação



IV Conferência de Saúde Mental já!

Rede Nacional
Internúcleos da Luta
Antimanicomial



IMPRESSO

Conselho Federal de Psicologia

Fone: (61) 2109-0100

Fax: (61) 2109-0150

SRTVN 702 - Ed. Brasília Rádio Center - sala 4024-A

CEP 70.719-900 - Brasília - DF

e-mail: contato@pol.org.br

home page: www.pol.org.br



Impresso
Especial

100049/2005-DR/BSB
C.F.P

...CORREIOS...